
A Situação Econômica Luso-Brasileira nos fins do Século XVIII e início do Século XIX

*Maria da Penha Smarzaró Siqueira**

A configuração das relações econômicas e políticas entre as metrópoles e suas colônias num quadro de dependência e subordinação traduziu-se em Portugal através do Oriente, Ilhas, África e América.

O grau de articulação comercial variava de uma colônia para outra, dependendo das estratégias e mecanismos exigidos pelo próprio sistema mercantilista, que direcionava a economia em dimensão global, atendendo à lógica do antigo sistema colonial.

Considerando-se que o comércio era o maior elo de comando desse sistema, a colônia brasileira representava para Portugal o ponto de equilíbrio para fortalecimento de suas relações comerciais externas, por meio da exploração de minerais e da agricultura comercial voltada para as necessidades do mercado europeu.

A Ásia e a África representavam uma área econômica complementar, atuavam na esfera da circulação de mercadorias. A África, fornecedora da força de trabalho escravo, permitia pôr em funcionamento a produção colonial do Brasil.

Nesse contexto, situamos essas regiões no conjunto de medidas que caracterizaram a

política colonial do fim do século XVIII e início do XIX, implicando as conexões conjunturais que afetaram os movimentos mercantis de Portugal no conjunto colonial lusitano.

AS RELAÇÕES COMERCIAIS LUSO-BRASILEIRAS E A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

O final do século XVIII e o início do século XIX foram expressivos na Europa, marcando intenso movimento ideológico, social e político.

A revolução francesa simbolizou o fim da velha ordem, caracterizada pela lógica do antigo regime, que se manifestava em todos os aspectos da vida das sociedades. Essa importante revolução, ocorrida no centro propagador das idéias liberais, destrói o antigo modelo monárquico-absolutista, mercantilista e estamental, instituindo uma monarquia liberal burguesa.

Desestrutura-se, portanto, o antigo regime e, conseqüentemente, o antigo sistema colonial, uma vez que os ideais do projeto colonizador coexistiam de acordo com a mentalidade da época absolutista.

R
E
V
I
S
T
A

D
E

H
I
S
T
Ó
R
I
A

como economicamente. Fundamental no setor econômico porque era por Lisboa e Porto que entravam as mercadorias inglesas, enviadas depois para as colônias portuguesas e para as nações estrangeiras, e politicamente porque Portugal servia de base às investidas que no continente se faziam contra a França.

Considerando-se que Portugal dependia do capital e do comércio inglês, não possuía condições de bloquear seus portos à entrada de navios britânicos. A Portugal interessava ter a Inglaterra como aliada. Caso contrário, corria o risco de ver suas principais colônias submetidas aos ingleses. Nesse caso, perder o Brasil provocaria absoluta desestabilização na vida econômica portuguesa.

O comércio de Portugal era dependente do Brasil. Os maiores rendimentos alfandegários do Reino eram gerados por produtos brasileiros.

O Brasil garantia ao mercado português não apenas produtos tropicais alimentícios, como também algodão, couros, pedras preciosas, tabaco e drogas. Produtos que davam lucro não apenas ao Reino, como também aos comerciantes locais que se dedicavam às negociações de importação e exportação.

Nesse contexto, ainda que a diplomacia portuguesa tentasse a neutralização no caso da França, Portugal foi confrontado em duas estratégias antagônicas, que a astúcia dos diplomatas não conseguia desviar. Do ponto de vista francês, era determinante para a eficácia do isolamento da Inglaterra o bloqueio dos portos portugueses à navegação

inglesa. Do ponto de vista britânico, era imprescindível preservar pontos de apoio na costa portuguesa, a fim de manter abertas as vias de comércio dos seus produtos industriais no continente (PEDREIRA, 1994).

Nesse quadro, estavam em risco tanto o exclusivo do comércio com o Brasil, como os cumprimentos dos acordos com a Inglaterra confirmados por uma convenção em 1793.

À luz da interpretação de Jorge Pedreira, o entendimento dessa questão parte do princípio de que:

Se o governo português estava preocupado com a possibilidade de uma invasão francesa interromper o comércio brasileiro, temia muito mais os prejuízos que qualquer infração à sua antiga aliada poderia produzir na integridade e na segurança do império.

Na conjuntura em questão, preservar a colônia brasileira e manter a integridade do império constituía o objetivo maior da política portuguesa, e, dentro da perspectiva de preservação da monarquia e dos interesses mercantis luso-britânicos, colocou-se em prática o plano de transferir a corte para o Brasil. Assim, sob o patrocínio do governo britânico, a família real e sua comitiva chegam ao Brasil, em janeiro de 1808.

No Brasil, a primeira medida de D. João VI foi assinar o decreto de abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras aliadas. Acompanharam esse decreto outras medidas que liberavam os entraves à produção e ao comércio da colônia, cuja permanência não

R
E
V
I
S
T
A
D
E
H
I
S
T
Ó
R
I
A

e na produção agro-exportadora. Da África e Ásia, o marfim, metais preciosos, sedas, especiarias e escravos comandavam o movimento comercial, sendo que a

mercadoria escravo fornecida pela África constituía o mecanismo básico propulsor acumulativo do sistema colonial (NOVAIS,1977).

Universo Colonial Afro-Asiático Português

	Províncias	Comarcas
Possessões Asiáticas	I - Índia Goa	Ilhas de Goa Barder Salsete Damião Dio
	II - China Macau	Macau Dili (Timor)
Possessões Africanas	III - Moçambique, desde Cabo Delgado a Lourenço Marques.	Quelimane, Inhambane, Lourenço Marques, Tete, Cabo Delgado, Sofala, Angoche, Bazaruto, Terras Firmes.
	IV - Angola. Desde Zaire a Mocâmedes.	Zaire ou Congo, Luanda, Benguela, Mocâmedes.
	V - Guiné. Incluindo arquip. Bijagós.	Bolama Bissau Cacheu.
Ilha da Costa da África Ocidental	VI - São Tomé	Príncipe Ajuda Daomé
Ilhas do Mar Atlântico e Costa Africana	VII - Açores	Ponta Delgada, Horta, Angra do Heroísmo.
	VIII - Madeira	Funchal Porto Santo
	IX - Cabo Verde	Sotavento Barlavento

Fonte: Mapas da possessão colonial afro-asiática de 1885 (MARTINS, 1978).

A reativação da agricultura comercial, a intensidade do tráfico africano e o fomento industrial da metrópole, constituíam-se no tripé para ajustar Portugal ao ritmo do desenvolvimento europeu.

A administração pombalina atuava rigidamente na economia portuguesa, procurando libertá-la da opressão inglesa, criando para Portugal fontes estáveis de enriquecimento. As expectativas apoiavam-se na grande colônia brasileira.

Merecem atenção as observações de Roberto Simonsen (1978) quanto à ação de Pombal no Brasil. O combate rigoroso ao contrabando, a preocupação e a guarda para assegurar a posse e o alargamento das fronteiras da colônia, a rígida política fiscal, a constante inspeção do sistema comercial de frotas, os mecanismos estabelecidos para o funcionamento do comércio, para a produção agrícola e exploração de minerais, deram nova orientação às relações comerciais luso-brasileiras.

O autor evidencia que várias leis foram contraditórias e que Pombal nem sempre acertou em relação às medidas mais adequadas ao progresso brasileiro, mas o período de harmonia que proporcionou a Portugal refletiu-se, com vantagem, nas relações de comércio com o Brasil, e o reerguimento econômico que preparou para o Reino veio permitir grande florescimento na expansão comercial do Brasil no final do século XVIII.

É importante salientar que, no quadro político europeu, Pombal caracterizava-se como um déspota e, influenciado pelas idéias liberais da época, em relação á colônia, suas

medidas expressavam a ação de um opressor radical.

Neste artigo, não priorizamos uma análise crítica da política econômica pombalina, já tão discutida na historiografia brasileira. O mais importante é detectar os seus efeitos no movimento comercial entre Brasil e Portugal, uma vez que a conjuntura de prosperidade que marca as últimas décadas do século XVIII estende-se ao início do século XIX.

Além da diversidade agrícola, uma característica dessa fase de expansão foi a organização dos núcleos produtivos. Caio Prado Júnior formulou uma demarcação clássica desses núcleos:

As grandes lavouras tropicais, a cana-de-açúcar, o tabaco, o arroz, o anil, o algodão, desenvolviam-se ao longo do litoral; aquelas primeiras mais próximas do mar, a última um pouco mais arretada para o interior (sobretudo o cacau) no Extremo Norte; a mineração do ouro e dos diamantes no Centro Sul; a pecuária no sertão do Nordeste e no Extremo Sul (PRADO Júnior, 1979).

Mais especificamente, a cana-de-açúcar concentrava-se nas áreas litorâneas do nordeste, uma das mais ricas e mais antigas regiões cultivadas no Brasil. Os canaviais e os engenhos de açúcar expandiram-se também em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O algodão, produto desenvolvido pela companhia pombalina e incentivado pelo incremento da indústria têxtil européia.

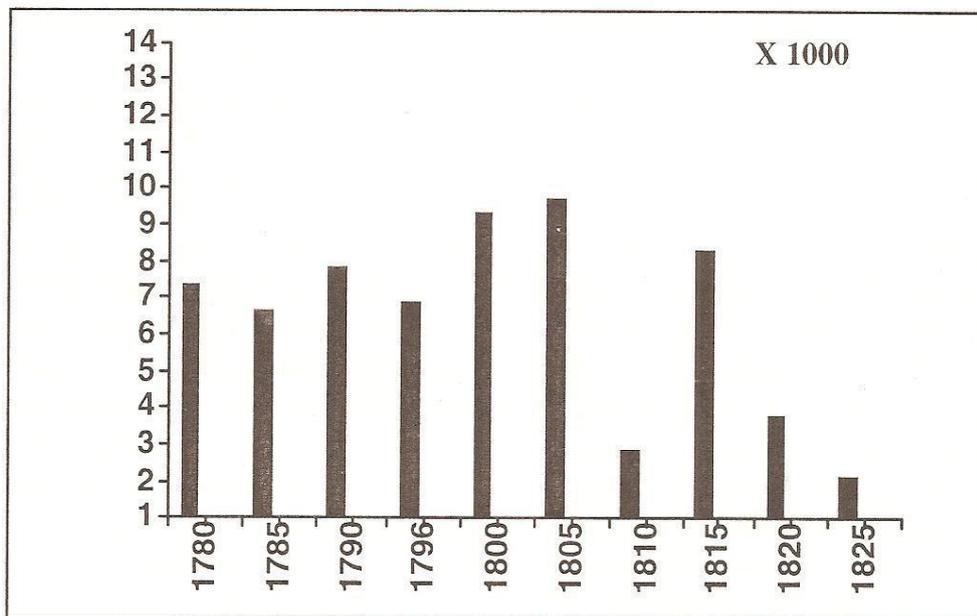
manufaturados à colônia. Lisboa foi, até o início do século XIX, o maior empório de comércio com o Brasil, tanto no fluxo exportador quanto importador.

A cidade do Porto, em menor escala, também mantinha um constante fluxo comercial com a colônia. Os demais portos que movimentavam comércio no Reino português (Setubal, Figueira, Aveiro e Viana) registravam um pequeno movimento de entrada e saída de mercadorias, e o comércio se fazia principal-mente com o porto do Rio de Janeiro (Balança do Comércio).

As categorias dos produtos importados dividiam-se nos seguintes grupos: Mantimentos, ouro e prata, produtos das fábricas,

lanifícios, produtos da Ásia, metais, sedas, drogas e vários gêneros. Constava nessas categorias uma intensa variedade de produtos, e dentre aqueles de maior importância podemos destacar, no grupo de mantimentos, azeite, vinho, sal e bacalhau. Entretanto, era grande a importação de trigo, derivados do leite e frios. Dos quatro primeiros produtos importados, o azeite, o vinho e o sal eram produtos de Portugal. O azeite e o vinho constituíam-se nas principais produções para o mercado externo e eram as mais lucrativas. O bacalhau era importado por Portugal e reexportado para o Brasil, que, durante as duas primeiras décadas do século XIX, aumentou sensivelmente o volume das importações desse produto.

GRÁFICO II
Movimento Comercial do Brasil com Portugal
Importações - 1780/1825 (contos de réis)



Fonte: Mesma do Gráfico I

1808 e transferidos para a América do Sul, juntamente com a Família Real (MANCHESTER, 1973).

Em 1810, o valor das exportações e das importações tem uma queda brusca, conseguindo se recuperar em 1815, mas permanece mantendo uma tendência decrescente até 1825.

No fluxo exportador, o fato se explica principalmente pela mudança da exportação de algodão, que passou a sair dos portos da colônia brasileira diretamente em navios ingleses, que retornavam carregados de produtos manufaturados. As relações comerciais que estavam se estabelecendo com outras nações estrangeiras, embora ainda tímidas, concorriam também para a mudança do fluxo exportador.

É importante destacar que a ausência do monopólio português e a legitimidade dos decretos de 1810, que, entre outros princípios comerciais desfavoráveis a Portugal, estabeleceram a criação de tarifas alfandegárias preferenciais para a Inglaterra, desestruturaram a estabilidade comercial que Portugal mantinha com o Brasil (AZEVEDO, 1947).

Esses decretos abalaram os preços dos produtos de importação, que tiveram uma queda em todas as categorias, atingindo mais intensamente os produtos alimentícios, os quais em linhas gerais, permaneciam chegando ao Brasil vindos em sua quase totalidade de Portugal.

Nesse quadro, Portugal não assegurava mais o comércio colonial que já não se processava em exclusivo. Os produtos brasileiros eram procurados pela Inglaterra e por outros países estrangeiros, que garantiam

também um movimento de troca de mercadorias, que antes só entravam na colônia via Portugal (GODINHO, 1955).

A preeminência inglesa fortalecia-se também em função de sua marinha mercante, composta de maior número de embarcações, que aportavam nos portos comerciais brasileiros para descarregamento e carregamento de mercadorias, sustentando uma situação de vantagem alfandegária mesmo em relação a Portugal. Com isso conseguia anular parte do comércio português com o Brasil.

Os navios ingleses percorriam o Atlântico em numerosas frotas, não apenas com objetivo comercial, mas também em missão de policiamento, tentando fazer prevalecerem as emergentes doutrinas anti-escravagistas (MANCHESTER, 1973).

A situação econômica de Portugal também não era favorável para a recuperação do mercado brasileiro, principalmente depois de 1815 (ano da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido), quando o país entra em fase de estagnação, que atingiu a produção agrária e industrial do vinho e azeite. Apesar do fluxo exportador do Brasil para Portugal ser decrescente, as Balanças de Comércio registram a reexportação de produtos brasileiros no mercado exportador português para as nações estrangeiras e colônias afro-asiáticas. As últimas em proporções bem reduzidas.

No Brasil, o renascimento agrícola, iniciado em fins do século XVIII e impulsionado após a abertura dos portos, vai favorecer as possibilidades de um maior intercâmbio comercial com as nações estrangeiras, alargando gradativamente as

O MOVIMENTO COMERCIAL DE PORTUGAL COM AS NAÇÕES ESTRANGEIRAS

No início do século XIX, a política econômica do Império Português, apoiava-se na produção da colônia brasileira. O comércio internacional da metrópole era feito, em grande parte, com a produção do Brasil. Portugal, além de consumidor, era o entreposto de distribuição de todo o comércio exterior do Brasil.

Roberto Simonsen (1978), em sua obra *História Econômica do Brasil*; descreve o seguinte quadro:

Ganhavam os navios portugueses com seus fretes marítimos; ganhavam as alfândegas de Lisboa com as importações brasileiras, ganhavam os comissários portugueses com a armazenagem e a revenda desses produtos; ganhavam novamente as alfândegas Portuguesas com a entrada das manufaturas estrangeiras, para o consumo do reino e da colônia, trocadas em elevada proporção por produtos brasileiros.

O resultado da circulação monetária das alfândegas portuguesas constituía as rendas principais da receita metropolitana. E o capital lusitano investido no Brasil se revertia para Portugal em forma de lucros alfandegários. Os produtos brasileiros representavam um mercado certo para Portugal no comércio externo. A colônia

fornecia à metrópole produtos alimentícios e matérias-primas indispensáveis à indústria portuguesa e europeia, principalmente da Inglaterra. Os numerosos produtos reexportáveis diversificavam o fluxo exportador de Portugal e asseguravam as relações de troca mercantis com quase toda a Europa e os Estados Unidos.

Economicamente, as reexportações de produtos brasileiros rendiam a Portugal uma elevada soma em dinheiro, ou crédito, ou produtos importados. O comércio exportador português para as nações estrangeiras era constituído principalmente por produtos do Reino, de produtos reexportados de outras nações estrangeiras e pelos produtos das colônias da África e Ásia (ARRUDA, 1980).

De acordo com os dados da Balança de Comércio, Portugal tinha um comércio deficitário com o Brasil, mas os produtos brasileiros permitiam que o fluxo exportador com as nações estrangeiras fosse superavitário. Entre 1780 e 1807, com pequenas oscilações, os produtos brasileiros ocuparam entre 75% e 60% do total das exportações portuguesas.

As mudanças conjunturais ocorridas no contexto internacional vão se refletir no Brasil e, conseqüentemente, vão também alterar o equilíbrio mercantil metropolitano com as nações estrangeiras.

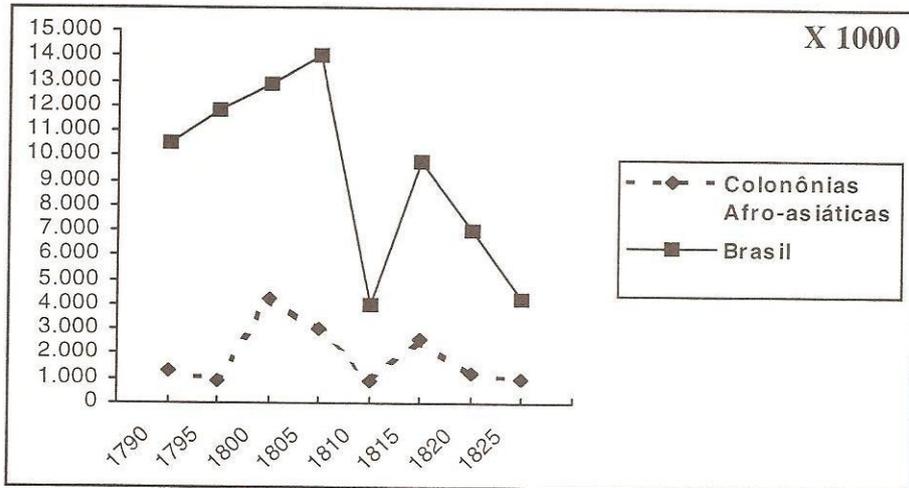
A circulação mercantil na lógica do Império Português, na qual o Brasil era inerente ao sistema, era regida pelas diretrizes do sistema colonial, integrado nos parâmetros mais gerais do sistema mercantilista. Os produtos coloniais brasileiros tinham a função de alimentar o

R
E
V
I
S
T
A

D
E

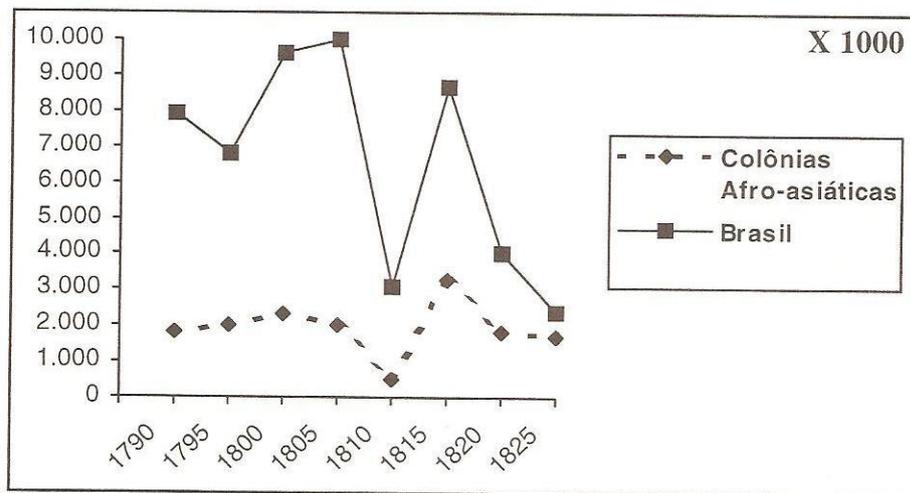
H
I
S
T
Ó
R
I
A

GRÁFICO V
 Movimento Comercial de Portugal com o Brasil e Colônias Afro-Asiáticas
 Exportações – 1790/1825 (contos de réis)



Fonte: Mesma do Gráfico I

GRÁFICO VI
 Movimento Comercial de Portugal com o Brasil e Colônias afro-asiáticas
 Importação – 1790/1825 (contos de réis)



Fonte: Mesma do Gráfico I

Examinando os gráficos onde estão indicados os dois fluxos comerciais, temos duas constatações claras. A primeira é que as linhas dos movimentos comerciais, embora bem diferenciadas em valores monetários, seguem uma tendência parecida nos dois fluxos, durante todo o período, ou seja, o balé das linhas segue um ritmo de crescimento e queda de forma proporcional. O que nos permite confirmar que as alterações conjunturais ocorridas no quadro europeu afetavam o comércio colonial em toda sua abrangência.

A segunda constatação é que, no universo do comércio colonial português, a relevância do intercâmbio com o Brasil era de tal ordem que a participação das demais colônias nesse contexto mercantil tornava-se quase que inexpressiva.

Levando-se em consideração as condições do mercado, o Brasil atuava como um grande agente não apenas exportador de produtos alimentícios e de matérias-primas para a Metrópole, mas também como agente consumidor dos produtos metropolitanos.

Dessa forma, a rentabilidade que o comércio luso-brasileiro proporcionava a Portugal era vital para a sobrevivência econômica daquele país, uma vez que os produtos brasileiros expressavam os lucros do comércio português com as nações estrangeiras e absorviam grande parte do mercado exportador da Metrópole. Nessa ótica, parece natural que, quando veio a ocorrer, em 1808, a abertura dos portos brasileiros, a estrutura econômica portuguesa tenha sido atingida em suas bases comerciais, como mostram os gráficos, em linhas gerais.

Formulando uma breve conclusão, nossa análise demonstra que a estrutura do comércio externo português fica revelada pela estreita correlação existente entre os fluxos estabelecidos com os domínios coloniais e o fluxo exportador de Portugal com as nações estrangeiras. Nesse caso, as condições mercantis criadas após 1808 vão atingir a balança comercial portuguesa, como atestam os gráficos apresentados nesse trabalho.

A grande quebra do comércio é notória a partir de 1807 em todos os circuitos comerciais da metrópole, e o sinal desses resultados negativos foi sem dúvida a concorrência inglesa nos portos do Brasil (AGUIAR, 1960).

Percebe-se que, de fato, são essencialmente os produtos brasileiros que promovem o crescimento exponencial das exportações portuguesas para as nações estrangeiras até meados da primeira década do século XIX.

A desarticulação ocorrida na economia portuguesa após 1808, refletida no desequilíbrio mercantil até 1820, marca o primeiro grande embate entre a formação social lusitana e as sociedades européias em expansão industrial.

Foi durante este período que se evidenciou o processo de distanciamento socioeconômico de Portugal em relação ao centro de desenvolvimento do sistema capitalista. A desarticulação do sistema colonial luso-brasileiro revelou que fatores sociopolíticos desempenhavam um papel decisivo, e que o desenvolvimento industrial constituía-se em um vetor fundamental para

sustentar a concorrência internacional (PEREIRA, 1994).

Nesse contexto, enquanto o Estado português debate-se entre o liberalismo e a industrialização européia, o Brasil caminha em direção à definitiva independência política de Portugal, o que foi confirmado em 1822.

Podemos concluir acrescentando que a crise que se estendeu com a desarticulação do principal eixo da estrutura colonial portuguesa, da qual o Brasil constituía o suporte fundamental, fortificou as bases de uma nova forma de dependência que Portugal, em relação à Inglaterra, viera a

assumir desde o início do século XIX. Subjacente a essa mudança geopolítica encontrava-se também a inserção do Brasil no domínio do imperialismo britânico.

A desagregação do sistema colonial constituiu-se em uma crise global do antigo sistema e não apenas na revelação de uma crise socioeconômica. Na leitura de Miriam Halpern Pereira (1979) "(...) traduz-se fortemente por uma concomitante desadequação entre a estrutura do poder político e as formas sociais de organização da atividade econômica e dos mecanismos da própria prática mercantil". ■

Bibliografia

- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1989, p.04.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992, p.40.
- PEREIRA, Miriam Halpern. **Das Revoluções Liberais ao Estado Novo**. Lisboa: Presença, 1994, p.03.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Estrutura Industrial e Mercado Colonial - Portugal e Brasil (1780 - 1830)**. Lisboa: Difel, 1994. p. 308.
- COSTA, Emílio Viotti. **Introdução do Estudo da Emancipação Política no Brasil**. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1978, p.75.
- RIBEIRO, M^a de Lourdes Roque de. **As Relações Comerciais entre Portugal e Brasil Segundo as "Balanças de Comércio" 1801 - 1821**. Lisboa: Clássica, 1972, p.10.
- NOVAIS, Fernando. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1977, p.59.
- PINTO, João Rocha. **O vento, ferro e a muralha**. In: CHANDEIGNE, Michel (Org). Lisboa Ultramarina: 1415 - 1580: a invenção do mundo pelos navegadores portugueses. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p.197.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Palas, 1975, p. 352.
- COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Ensaio Econômico Sobre o Comércio de Portugal e Suas Colônias**. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p.88-9.
- MARQUES, op. cit. p. 501.
- COUTINHO, op. cit. p. 91-2.
- SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1978, p.78.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **O antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.28.
- MARTINS, Oliveira. **O Brasil e as Colônias Portuguesas**. Lisboa: Guimarães, 1978, p.182.
- MARTINS, op. cit. p. 162.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **A crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa 1750 - 1822**. In: LINHARES, M^a Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 95.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A circulação,**

